

**LEI FEDERAL Nº. 8.069/90 - ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)**

01. De acordo com a lei nº. 8069/90, considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até:

- a) 10 anos de idade incompletos.
- b) 12 anos de idade incompletos.
- c) 13 anos de idade completos.
- d) 11 anos de idade completos

02. As medidas aplicáveis ao adolescente, que, depois do devido processo, for considerado responsável pelo cometimento de um ato infracional, são denominadas pelo Estatuto de:

- a) Privação da liberdade.
- b) Remissão.
- c) Advertências.
- d) Medidas sócioeducativas.

03. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- b) Os castigos físicos, por serem parte da cultura brasileira, foram admitidos pelo ECA como meios legítimos de educação de crianças e adolescentes.
- c) Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.
- d) Caso os pais utilizem tratamentos cruéis ou degradantes ou castigos físicos contra crianças ou adolescentes, eles poderão ser

encaminhados a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

04. Sobre o Conselho Tutelar, marque a alternativa incorreta.

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) O rol de direitos trazidos pelo ECA para os membros do Conselho Tutelar não é muito extenso, compreendendo apenas o direito à cobertura previdenciária e às licenças maternidade e paternidade.
- c) O ECA exige como requisito para a candidatura a membro do Conselho Tutelar que o interessado resida na cidade.
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

05. São medidas previstas na Lei Nº 8.069/90 (ECA), que podem ser aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, EXCETO:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade.
- b) Prestação de serviços à comunidade.
- c) Liberdade assistida.
- d) Internação em estabelecimento educacional pelo prazo superior a 3 (três) anos.

06. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, será responsável pelos recursos financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar:

- a) O Governo Estadual.
- b) A Vara da Infância e da Juventude.

c) Organizações Não Governamentais (ONG's).

d) A Prefeitura Municipal.

07. De acordo com o ECA, art. 56, cabe aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos.

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

III - elevados níveis de repetência.

IV- casos de deficiências e problemas de aprendizagem.

São corretas as afirmações:

a) I, II e IV apenas

b) I, II e III apenas

c) II, III e IV apenas

d) I, III e IV apenas

08. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, serão responsáveis pela fiscalização das entidades que desenvolvem programas de abrigo e internação de crianças e adolescentes, EXCETO:

a) Poder Judiciário.

b) Ministério Público.

c) Guarda Municipal.

d) Conselhos Tutelares.

09. O artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - dispõe sobre a internação, que constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento. De acordo com esse artigo, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a:

a) Três anos.

b) Dois anos.

c) Seis meses.

d) Um ano.

10. Segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente –, as decisões do conselho tutelar somente poderão ser revistas:

a) Pelas autoridades educacionais do Estado.

b) Pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.

c) Pela autoridade judiciária, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

d) Não podem ser revistas, pois são soberanas.

11. É direito dos pais ou responsáveis, de acordo com o ECA (Lei nº 8.069/90):

a) Exercer a vigilância do filho dentro da escola, em qualquer ambiente e horário.

b) Retirar o filho da escola antes do término do período letivo, por discordar da metodologia empregada.

c) Aplicar castigos vexatórios como forma de educar

d) Participar das propostas educacionais

12. Assinale a alternativa que traz CORRETAMENTE uma das exigências para

candidatura a membro do Conselho Tutelar, segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Ter entre 16 e 21 anos.
- b) Ser do sexo masculino.
- c) Residir no município.
- d) Não possuir doenças crônicas.

13. Sobre o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, é INCORRETO afirmar que:

- a) O não oferecimento do ensino pelo poder público ou sua oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente.
- b) Os pais têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.
- c) São atos infracionais as brigas ocasionais entre alunos na escola.
- d) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

14. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar, segundo o ECA (Lei nº 8.069/90), os casos de:

- a) ato infracional.
- b) elevados níveis de repetência.
- c) ato de indisciplina grave.
- d) faltas justificadas.

15. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mandato dos membros do Conselho Tutelar será de:

- a) dois anos, permitida uma recondução.

- b) três anos, permitida uma recondução.

- c) cinco anos, sem recondução.

- d) quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

16. Dona Marina é dirigente de estabelecimentos de ensino fundamental e já esgotou todos os recursos escolares no que se refere à reiteração de faltas injustificadas da aluna Bernadete. A quem Dona Marina deve comunicar tal ocorrência?

- a) Ao delegado de polícia.
- b) Ao presidente da associação de moradores.
- c) Ao Conselho Tutelar.
- d) Ao representante religioso do bairro.

17. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriamente e sem constrangimento, para onde devem ser encaminhadas as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção?

- a) À Justiça da Infância e da Juventude.
- b) Ao Conselho Tutelar.
- c) Ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Ao Ministério Público.

18. A perda ou suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente nos casos de:

- 1) falta ou carência de recursos materiais.
- 2) descumprimento de determinações judiciais.

3) falta de sustento, guarda e educação dos filhos.

De acordo com o ECA os itens corretos são:

- a) 1 e 2 apenas.
- b) 1 e 3 apenas.
- c) 2 e 3 apenas.
- d) 1, 2 e 3.

19. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 67: Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica assistindo em entidade governamental ou não governamental é VEDADO trabalho:

- a) Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- b) Perigoso, insalubre ou penoso.
- c) Realizado em locais prejudiciais a sua formação e ao seu desenvolvimento psíquico, moral e social.
- d) Todas estão corretas.

20. De acordo com a Guarda do Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar:

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu

detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

b) O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

c) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

d) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES

21. A respeito das penalidades administrativas contra o conselheiro tutelar, qual destas hipóteses NÃO pode ser imposta ao conselheiro:

- a) Advertência.
- b) Férias.
- c) Suspensão do exercício da função.
- d) Destituição da função de conselheiro.

22. De acordo com o Art. 40 da Resolução 170 do Conanda, NÃO é dever dos Conselheiros Tutelares:

- a) Manter conduta pública e particular ilibada.

b) Manter o sigilo de suas condutas, não prestando as informações solicitadas pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

c) Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação.

d) Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

23. Em cada Município haverá, no mínimo, _____ Conselho(s) Tutelar(es) composto(s) de _____ membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de _____ anos.

a) um ... três ... cinco

b) um ... cinco ... quatro

c) dois ... três ... dois

d) dois ... quatro ... três

24. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes, EXCETO:

a) Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Fiscalização pelo Ministério Público.

c) Candidatura individual, sendo admitida a composição de chapas.

d) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

25. De acordo com o Art. 43 da Resolução 170 do Conanda, a vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de, EXCETO:

a) Renúncia.

b) Condenação em primeira instância pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

c) Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada.

d) Aplicação de sanção administrativa de destituição da função.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

26. NÃO é considerado um direito social, expressamente previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, a:

a) Previdência Social.

b) Educação.

c) Livre Concorrência.

d) Saúde.

27. Pedro, desde criança, sonha em se tornar Presidente da República. Para que Pedro possa se candidatar a Presidente da República, sua idade mínima deverá ser:

a) 18 (dezoito) anos.

b) 21 (vinte e um) anos.

c) 25 (vinte e cinco) anos.

d) 35 (trinta e cinco) anos.

28. A respeito dos direitos sociais e políticos, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, entre outros, o fundo de garantia do tempo de serviço e o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

b) Constitui crime a retenção dolosa ou culposa do salário pelo empregador.

c) É direito do trabalhador a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

d) São inegáveis os inalistáveis e os analfabetos.

29. Assinale a alternativa que contenha um direito social, previsto no artigo 6º da Constituição Federal:

- a) Proteção à maternidade.
- b) Direito de propriedade.
- c) Liberdade de manifestação de pensamento.
- d) Liberdade de expressão da atividade intelectual.

30. Acerca das disposições constitucionais relativas à Educação, analise as afirmativas a seguir:

I. A educação é vista como um dever do Estado e da família.

II. As universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

III. Garantia de padrão de qualidade não é um princípio que rege a educação brasileira.

Assinale:

a) se apenas a afirmativa I estiver correta.

b) se apenas a afirmativa II estiver correta.

c) se apenas a afirmativa III estiver correta.

d) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

31. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, estabelece os princípios que devem orientar o ensino. Dentre os itens abaixo, assinale aquele que NÃO diz respeito ao que consta na lei. Ou seja, marque a opção **INCORRETA.**

- a) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- b) Desvalorização do profissional da educação escolar.
- c) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- d) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

32. Sobre os direitos à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção ao trabalho, assinale a opção correta.

- a) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, mas não se pode responsabilizar a autoridade competente caso o poder público não ofereça vagas.
- b) É dever do poder público assegurar à criança e ao adolescente acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- c) É proibido qualquer trabalho aos menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

d) Por se tratar de modalidade intermediária entre o trabalho e a formação profissional, ao menor aprendiz são garantidos direitos previdenciários, mas não direitos trabalhistas.

33. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é regida pelo princípio da contributividade.

b) A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais, foi expressamente prevista como objetivo da assistência social.

c) Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

d) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, são princípios da assistência social.

34. Não foram legalmente indicados como objetivos da assistência social:

a) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

b) a promoção da integração ao mercado de trabalho, à saúde, à educação e à moradia;

c) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

d) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

35. Segundo a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, as crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no:

a) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

b) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

c) Sistema de Cadastro de Entidades Socioassistencial.

d) Sistema Informativo do Conselho Tutelar.

36. Em relação às obrigações dos estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 10, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Deverão manter registro das atividades desenvolvidas, por meio de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos.

b) Deverão manter alojamento conjunto, possibilitando ao recém-nascido a permanência junto à mãe.

c) Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital.

d) Fornecer declaração de nascimento constando as intercorrências do parto e do desenvolvimento do recém-nascido.

37. O dever de assegurar prioritariamente o direito absoluto de crianças e adolescentes direciona-se:

a) Exclusivamente ao poder público, à família e à igreja.

b) Exclusivamente à família, à igreja e a entes privados.

c) Exclusivamente à família, à sociedade civil e a asilos.

d) À família, à sociedade civil e ao poder público.

38. De acordo com a Lei 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os docentes incumbir-se-ão de:

I. estabelecer ações e diretrizes destinadas a promover a cultura de paz nas escolas;

II. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

Analise os itens acima e assinale:

a) se somente o item I estiver correto.

b) se somente o item II estiver correto.

c) se somente o item III estiver correto.

d) se somente os itens II e III estiverem corretos.

39. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB N.º 9.394/1996), ao tratar da composição dos níveis escolares, estabelece que a educação básica compõe-se de

a) ensino fundamental e ensino médio.

b) educação infantil e ensino fundamental.

c) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

d) ensino médio, educação especial e educação tecnológica.

40. Assinale a alternativa correta a respeito dos conhecimentos relacionados aos benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as respectivas atualizações.

a) As atividades continuadas nos serviços assistenciais serão executadas exclusivamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

b) A proteção social especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos.

c) Os serviços de proteção especial subdividem-se em baixa e média complexidade.

d) A assistência social tem como objetivo, entre outros, a promoção da integração ao mercado do trabalho e o amparo às crianças e aos adolescentes brasileiros.